

# DESENVOLVIMENTO RURAL E EDUCAÇÃO TÉCNICA: UMA REFLEXÃO

*João Henrique de Mello Vieira Rocha<sup>1</sup>  
Frederico Fonseca da Silva<sup>2</sup>*

## **Resumo**

O presente trabalho busca apresentar uma análise retrospectiva e crítica do modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil em seus aspectos sociais e econômicos. As estratégias voltadas para o capital industrial e a valorização dos grandes centros romperam os tecidos sociais, provocando rupturas que urgem por políticas públicas que nasçam do meio rural, que sejam construídas com o meio rural e se voltem para o meio rural. Com esse entendimento, a agricultura familiar, por reunir os condicionantes necessários, e a educação agrícola, por deter a importante tarefa da formação profissional, assumem papéis decisivos para o desenvolvimento socio-econômico e ambiental das regiões e da população do campo no Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino técnico agropecuário. Desenvolvimento rural. Agricultura familiar.

## **Abstract**

This paper seeks to present a retrospective analysis and criticism of the model of rural development adopted by Brazil in its social and economic aspects. The strategies aimed at the recovery of industrial capital and major centers ruptured the social textile, causing disruptions which urges for public policies born in rural areas which are built with the rural environment and a return to the rural environment in mind. With this understanding, the family farming or familiar agriculture by putting together the necessary conditions, education and agriculture, by holding the important task of vocational training, are crucial roles for the socio-economic development and environmental regions and population of the field in Brazil.

**Keywords:** Agricultural technical education. Rural development. Family farming.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Especialista em Gestão de Cooperativas, Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFBA – Universidade Federal da Bahia; atualmente é professor da Escola Agrotécnica da UFRR - Universidade Federal de Roraima. Email: [j.henrique@yahoo.com](mailto:j.henrique@yahoo.com)

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor em Irrigação e Meio Ambiente pela UEM – Universidade Estadual de Maringá (PR); atualmente é professor da Escola Agrotécnica da UFRR - Universidade Federal de Roraima. Email: [fredfonseca@rogers.com](mailto:fredfonseca@rogers.com)

# 1 UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, historicamente reconhecido como processo de modernização conservadora, colheu os frutos da opção por fatores desestabilizadores dos sistemas sociais, sobretudo pela desigualdade econômica associada ao comprometimento do meio ambiente. Diferentemente de países como os Estados Unidos e o Japão, cujas estratégias distintas de desenvolvimento voltaram-se, em comum, para a classe dos pequenos agricultores e, por isso mesmo, alcançaram níveis elevados de desenvolvimento, refletindo nos indicadores sociais e econômicos os parâmetros da realidade de sucesso do modelo adotado da atualidade.

No Brasil, a agricultura concebida como segmento, cuja finalidade seria financiar o capital industrial brasileiro em formação, continuaria em poder da oligarquia rural, mediante fortes subsídios, em cujo processo intensivo em capital e poupador de trabalho, manteve o custo de oportunidade baixo para as populações rurais. O resultado foi o crescimento econômico sustentado em desigualdades, com concentrações urbanas e assimetria social.

Como instrumento dessa lógica excludente, o serviço de assistência e extensão rural, inteiramente voltado para os interesses do modelo de desenvolvimento adotado, entendia o homem como “coisa”, ou seja, aquele que recebe a informação tal qual de um movimento messiânico que transcende a ele próprio, afastando-o da qualidade de agente transformador e o qualificando-o como executor, ou melhor, meramente replicador de ações, muitas vezes determinadas por alguém que nem sempre conheciam, ou que ainda, muitas vezes, desconhecem o meio a quem ou ao qual se destinam essas ações. Por sua vez, essa “coisa” ou um conglomerado de “coisas objetos” não possui o direito ao questionamento das determinações quase sempre impostas e ditas salvadoras.

Com esse quadro de históricas determinações, urge novos modelos de desenvolvimento, de verdadeira transformação estrutural, que não priorizem a modernização tecnológica sem a participação social, ou mesmo com essa participação subjugada aos interesses do progresso técnico. Há que se conceber modelos de desenvolvimento que não podem ser concretizados sem os avanços tecnológicos, entendendo estes como a serviço daqueles, e não o homem vítima de seu próprio crescimento.

Um modelo de desenvolvimento agrário que considere os contextos populares como sendo não apenas os agricultores, na sua visão e formação clássica contextual, mas que inclua os artesãos, os povos indígenas, os povos da floresta, os quilombolas, os caboclos, ribeirinhos e, mais ainda, que busque o fortalecimento das questões de gênero e da juventude rural, além dos excluídos do campo.

É uma desafiante atividade agropecuária amparada pela ciência agroecológica, consubstanciada nos agroecossistemas sensíveis às questões sociais e ambientais, especialmente possível de ser concebida nas organizações produtivas dos pequenos produtores.

Sendo assim, com esses pressupostos, a consecução de tal modelo desenvolvimentista da atividade agropecuária deve ser viabilizado por um conjunto de estratégias e políticas voltadas para a descentralização dos investimentos, na busca pelos conjuntos populacionais e comunidades estabelecidas nos centros de menor porte, concretamente aquelas de maior desamparo social.

Nesse sentido o desenvolvimento rural adquire o caráter regional que, segundo Sepúlveda (2005, p.33), são

“...aumento nos níveis de produtividade e no grau de diversificação da produção mediante a formação de cadeias agroalimentares e complexos produtivos; a transferência de poder político para os governos locais; a redistribuição do acesso aos processos de tomada de decisões e a distribuição equitativa das oportunidades geradoras de emprego e renda, de acordo com a heterogeneidade existente nas populações humanas em termos geracionais, étnicos, econômicos e de gênero.”

Esse desenvolvimento regional multidimensional está em Sepúlveda<sup>3</sup> concebido por quatro dimensões. Em primeiro lugar a social, que adota a população como referencial obrigatório, enfatizando as diversas formas de organização e participação nos processos de tomada de decisão para o bem comum, dependente das interações existentes entre a sociedade local e as instâncias governistas. Destaca-se a relação existente entre as alianças sociais e o exercício do poder, consolidando o processo de participação e de democratização.

Ademais, essa dimensão social está fortemente amparada no entendimento do *empowerment* da população local, com a sua real possibilidade de transformar o meio em que vive, seja racional ou mesmo irracionalmente. Neste sentido aproximam-se da constituição do capital humano, quando entende que as habilidades, conhecimentos e saberes podem, em conjunto, determinar não somente o valor, mas a distribuição dos benefícios gerados pela produção, inclusive com o sentimento preservacionista determinante para o futuro dos povos e de suas atividades.

A segunda dimensão, caracterizada pelo poder político-institucional, está sustentada no processo democrático, entendida como a capacidade de representação dos diversos grupos de interesse que por sua vez estarão intrinsecamente ligados à captação e transferência de recursos para os diversos projetos, programas e investimentos a serem alocados para a região. Assim, a região assume o papel de agente ativo, necessitando da descentralização do poder político para nutri-la do germe correspondente à autonomia relativa aos fatores determinantes do desenvolvimento econômico e social.

E, tratando de economia, a questão volta-se para a capacidade produtiva e o potencial econômico, envolvendo as interfaces das atividades de produção agropecuária com as de processamento e comércio, incluindo a concepção de cadeias agroalimentares. Nesse aspecto, se os complexos produtivos requerem técnicas e tecnologias específicas, por outro vem priorizando a produção ambientalmente limpa ou livre da dupla dependência dos agroquímicos, seja econômica, atrelada normalmente a uma multinacional, seja sob a ótica no seu

contexto, conceitual, filosófico ou ambiental.

Nesse pensamento, o enfoque às tecnologias tradicionais, que derivam de um acervo de conhecimentos empíricos, assume valia econômica, razão para a identificação com as populações ou comunidades historicamente produtoras, detentoras do legado de conhecimentos básicos para as práticas de gestão e utilização dos recursos naturais, causadores de impactos ambientais negativos menores.

Portanto, em relação ao meio ambiente, a atenção volta-se à flora, à fauna, ao solo e água, isoladamente ou, principalmente, quando combinados e interagidos entre si, que constituem respectivamente o complexo da biodiversidade e os insumos naturais como determinantes da capacidade produtiva de determinados territórios, ou seja, o seu capital ambiental. Para isso, é proposto o manejo integrado dos recursos naturais, todos finitos e fragilizados, cujos objetivos estão fundamentados não apenas na qualidade do produto, mas na gestão ambiental dos processos como um todo, na inocuidade dos alimentos e na acessibilidade de preços ao consumidor, conforme o MDA (2008)<sup>4</sup>, compondo a lógica da cadeia e de todo o complexo que o integra.

Em sendo assim, esse rural que se deseja, não na qualidade do “novo rural” conceitual, mas no rural fundamentado nas raízes e em respeito as suas origens, dar-se-á mediante o fortalecimento da autonomia social, política e econômica das comunidades rurais em seus territórios; na perspectiva de superar a dicotomia do urbano em relação ao rural, confundindo-os e estabelecendo uma relação de dependência entre ambos, e ao mesmo tempo preservando as características do meio rural. Sobretudo, uma atividade agropecuária que valorize as forças e os agentes endógenos, de tal forma que a escolha do processo, do instrumento e da forma, seja compartilhada com as comunidades populares.

Entre os principais elementos desse modelo de agricultura está o mercado interno principalmente, por conta da segurança alimentar e da própria assunção da agricultura familiar, mas também o necessário mercado externo, objetivando perceber as oportunidades de negócios com outros países. Em qualquer caminho, a opção será o de sempre poder evitar o *trade off* entre o avanço excludente do capitalismo e o resgate social dos menos afortunados.

Assim, há que se considerar as externalidades dos processos econômicos globais, em cujo favorecimento esteja não apenas nos agentes de mudança, mas que considere os interesses do homem, prevalecendo determinadamente sobre outros de ordens financeiras ou comerciais.

Para que esse modelo de agricultura seja eficiente também será considerada a adequada estratégia comunicativa e, parafraseando Freire (2001), entender a comunicação como intermediadora de relações e o homem com um ser de relações sociais. Esse homem que é desafiado pela natureza, a transforma, transformando-a, cria um mundo próprio, um mundo de valores e signos somente possível através da prática comunicativa. A relação do homem como o mundo somente avança,

assevera Freire, mediante a prática comunicativa entre iguais, não se podendo falar em dominação adjacente a artefatos comunicativos impregnados de uma ideologia dominante. Daí valorizarem-se os processos comunicativos integradores, problematizadores, fruto da comunicação entre sujeitos.

Nem o humanismo, que nega a técnica, muito menos o tecnicismo desumanizante, são legados que Paulo Freire defendeu como um processo comunicativo de troca, de reconhecimento de saberes. Por isso mesmo, “saber”, defende “ele”, é o primeiro elemento para a concretização da comunicação; aquele que não conhece estaria reproduzindo uma relação de dominação, de forma subserviente. Em seguida há o “querer”, o desenvolvimento de uma vontade de mudança de uma realidade social, consubstanciada no *empowerment* da comunidade local, resgatando a perspectiva política e institucional dessas populações.

A dialogicidade Freiriana constitui outra estratégia de comunicação libertadora, por isso mesmo palestras não são recomendadas, mas o “ganho” e não “perda” de tempo necessário para promover o diálogo, mas com visitas *in loco*, campos demonstrativos, unidades de observação e demonstração ou qualquer outra forma em que o significante proposto tenha o mesmo significado para os sujeitos. É o comunicador que conscientiza, conscientizando-se.

A relação humana não se consolida sem a prescrição democrática, entendendo democracia como um formato menos desigual da relação social; por isso mesmo pode envidar esforços e estimular para que a co-gestão venha a superar a autogestão. O elemento central surge na forma da participação, buscando a comunicação participativa como instrumento que permite a análise crítica.

Superar, por assim dizer, a lógica produtivista para novos paradigmas em que o humanismo prevaleça sobre qualquer outro, onde alguém terá que perder, para que se obtenha um ganho coletivo, ou de outra forma, perceber o mundo mediante a ótica da coletividade e do bem comum.

## **2 A REALIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A EDUCAÇÃO RURAL**

O Brasil rural, portanto, é resultante de um processo histórico que foi traduzido desde a sua origem, pela concentração não apenas da terra, mas também dos recursos e da riqueza e da apropriação da força de trabalho como ferramenta capaz de ser mensurada como valor, com o Estado acentuando as desigualdades, muito embora não se possa negar o aumento quantitativo da produção dada à redefinição das bases tecnológicas.

O preço social e ambiental da elevação da produção, conforme se pôde constatar pelos crescentes aumentos das safras recordes de produção de grãos, foi alcançada pela dependência dos fatores produtivos de setores à montante, uma vez tratar-se de agricultura sustentada por insumos externos, bem como na expansão das

monoculturas voltadas quase que exclusivamente para a exportação, além da degradação dos solos, da devastação dos recursos naturais e da exploração precária dos recursos humanos requeridos para a produção agrícola.

Outrossim, devido a essa ocupação desordenada das terras brasileiras, e também de forte concentração, onde mais de quatro milhões de estabelecimentos que representam cerca de 85% do total de propriedades do país, correspondem a aproximadamente 30% do total da área rural brasileira, aliado a um lento processo de reorganização fundiária, que tem provocado conflito pela posse das terras, ao tempo em que os movimentos sociais reclamam o direito aos povos e comunidades tradicionais, herdeiras legitimadas pela origem, pela condição social e pela história de exploração e exclusão.

Em momentos mais recentes, a ênfase e os estímulos à produção de biocombustíveis, dado a emissão excessiva de gases de efeito estufa, tem levantado a discussão pela conversão de terras antes produtoras de alimentos, agora produtoras de etanol e biodiesel. Tal discussão no Brasil não pode vir dissociada de sua dimensão territorial, seu potencial agrícola, bem como da aptidão pelo cultivo de oleaginosas em condição de agreste nordestino, de agricultura familiar e dos reflexos positivos em termos de meio ambiente.

Também se discute, na atualidade, os aumentos dos preços das *commodities* agrícolas se, em parte, em função dos programas de biocombustíveis citados anteriormente, ou se como reflexos do crescimento da economia mundial. Tais movimentos têm provocado um processo de internacionalização da propriedade da terra em níveis comprometedores da soberania nacional e da própria segurança alimentar. Com isso, critica-se aqui, diretamente, todo país ou organização que decidiu, decide ou pensa em deixar de plantar alimento em detrimento à produção de bioenergia e, de forma mais veemente, todos aqueles que derivam os seus alimentos já colhidos para a produção de um carburante que venha unicamente a manter o modelo de manutenção de um *status quo* por si só insustentável.

A realidade da produção agropecuária também tem convivido com a introdução de organismos geneticamente modificados<sup>5</sup> que, se por um lado representam avanços tecnológicos da indústria de insumos agrícolas, por outro, representam mais uma ameaça à agricultura promovida pelos pequenos agricultores, na medida em que as estes não serão possíveis à adoção de tais práticas, além dos impactos ambientais dela decorrentes. Isso para não se aprofundar em uma discussão muito mais crítica, que corresponde ao fortalecimento do capital multinacional onde a empresa que vende a semente é sempre a mesma que também vende o pesticida, seja ele herbicida, fungicida, inseticida, ou para qualquer outro fim, não possibilitando sequer ao produtor, mesmo ao chamado “grande” ou pertencente ao agronegócio, o princípio da escolha do fornecedor de produtos similares. Demonstrando com isso, a flexibilidade do sistema capitalista em rapidamente reorganizar-se mediante a perpetuação do modelo de “venda casada”, tão abominada em tempos remotos e que hoje volta à tona com uma roupagem revestida de um manto tecnológico.

Quanto aos movimentos migratórios no campo, muito embora os dados da PNAD (2006) e do Censo (2007) indiquem redução de fluxo populacional do campo para os grandes centros, nem de longe resultam em interpretações que demonstrem a superação desse grave problema social, não obstante possam sinalizar os primeiros resultados de políticas sociais de transferência de renda e viabilidade da pequena produção no meio rural, como querem apropriar-se alguns partidos políticos, assim alardeando, principalmente quando esses não têm as suas origens formadas nas bases sociais da população.

O cenário da produção agropecuária brasileira, a despeito de todas as vicissitudes e desafios anteriormente descritos, também tem se endividado com a agricultura familiar. Teimosa e surpreendente esta tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos do consumo básico da população brasileira. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) demonstram que, em 2005, a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar representou mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário.

Com esse modelo de desenvolvimento rural e com essa realidade de produção agropecuária, eis que se insere a esfera da educação voltada para o campo. Nessa área, considera-se, *a priori*, a ausência de um projeto de educação voltado para a realidade rural, constituindo-se em uma oferta sistematizada de conhecimentos técnicos, não obstante já se percebam políticas educacionais dirigidas para os jovens e adultos, aqueles de necessidades especiais, bem como a educação para as comunidades indígenas. Desconhece-se, porém, programas e projetos voltados para a problemática e o contexto rural, exclusivamente, ressaltando-se a preocupação governamental na expansão do ensino técnico e tecnológico.

O contexto de uma economia globalizada, regida sob a égide de um modelo tecnicista, não pode ser seguida pelos pequenos produtores rurais, pelos agricultores familiares e nem tão pouco pela atividade agrícola de subsistência, uma vez que as inovações tecnológicas estão estabelecendo uma relação inversa com a escala de produção.

Assim, o ensino técnico profissionalizante, e mesmo o ensino superior, seguem os passos dessa escola tecnicista dissociada da realidade do campo e da agricultura familiar. Não está presente nesses modelos de educação, a formação emancipatória, participativa e pró-ativa, portanto, problematizadora, que a realidade do rural brasileiro tanto precisa.

Os docentes das escolas agrícolas, egressos de conceituadas universidades, muitas vezes distanciados dos conteúdos agroecológicos e preservacionistas, colocam-se na condição de reprodutores do saber, servindo a um paradigma produvista, fiel depositário da lógica e da hegemonia financeira, que ao final se sobrepõe a qualquer outro.

E é com esse entendimento que se constrói o currículo dos cursos profissionalizantes voltados para o segmento agropecuário, cujos conteúdos

fragmentados não concorrem para a formação de um profissional capaz de refletir e decidir sobre o que, como e de que forma a produção agrícola venha a determinar o nível de desenvolvimento rural de sua localidade ou região.

Também na educação básica rural, as realidades são de elevadas taxas de analfabetismo, *vis-à-vis* os centros urbanos. As escolas rurais de ensino básico funcionam com professores menos capacitados e com infra-estrutura deficiente e precária. O resultado são os movimentos migratórios para as cidades maiores, em especial dos mais jovens.

A formação fragmentada limita a visão holística que o profissional deveria ter da realidade, do seu papel e do agricultor, pois em geral se estuda muito pouco sobre o homem. Assim, a extensão rural é cumpridora de tarefa, executora de um pensar em via única, para a reprodução de um modelo que expropria o trabalho do agricultor e retira dele o *quantum* necessário para a reprodução do seu capital, deixando com ele o suficiente apenas para mantê-lo capaz de novas produções.

### 3 A ESCOLA QUE SE DESEJA

A realidade da agropecuária brasileira desafia a educação técnica e tecnológica a promoverem as bases para um projeto de desenvolvimento rural sustentável, na medida em que estabelece as competências e as habilidades profissionais para transformar técnicos agropecuários em agentes de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, é possível perceber o ensino agrícola associado ao mundo do trabalho profissionalizado, marcadamente à organização social que o eleva à condição de setor determinante do processo de desenvolvimento nacional.

Uma educação agrícola transformadora deve compreender a formação profissional dissociada de receitas técnicas e pacotes tecnológicos, sobretudo os importados, para uma compreensão plena da atividade que antes da produção, faz ver uma relação entre o homem e o ecossistema.

Os professores das escolas devem buscar as comunidades rurais e o homem do campo para redefinir as metodologias de ensino, os currículos disciplinares e o conteúdo de suas aulas. Presente, com o homem rural e não apenas para o homem rural, as mensagens devem compatibilizar-se com as exigências externas, com o mercado local e regional, segundo a complexidade das vocações agrícolas e o querer de sua gente. Não há que se falar em discurso homogêneo.

Os alunos, paralelamente, e atentos a todo esse processo participativo, devem compreender a histórica relação existente entre o homem e a terra, e essa relação orgânica que se de um lado o desafia a produzir, por outro o torna independente. O trabalho da terra, portanto, cumpre uma função social, no momento em que se preserva a unidade da sociedade, seus costumes e suas raízes.

Esta tarefa é possível ao **agricultor instruído e profissionalizado**, independente de sua escala de produção.

Por assim dizer, não há que se dissociar do modelo educacional o viés emancipatório da formação humana que comporá as populações e comunidades rurais, uma vez que se constituir em fator determinante do capital humano necessário para a consecução e alocação de recursos da política agrícola e social das instâncias governamentais. Mais ainda, ser capaz de perceber os anseios da natureza, suas aflições e ser capaz de conciliar produção e meio ambiente. O estudante deverá estudar o **Homem em suas Relações Sócio-Ambientais**.

Uma escola de técnicas agrícolas não concebe exclusivamente os conteúdos tecnológicos de cunho produtivista, deve promover os meios e os instrumentos cognitivos para o avanço do conhecimento, despertando nos seus estudantes o interesse pela inovação. Os conteúdos das **Ciências Agrárias e Inovação Tecnológica** deverão constituir parte integrante da matriz curricular desenvolvida em cada disciplina, despertando para a geração de tecnologias adaptadas à realidade do pequeno produtor, suficientemente capaz de melhorar, aperfeiçoar ou mesmo reformular aquelas já existentes.

O pressuposto do processo educacional rural é promover o retorno do jovem profissional às suas bases e origem, quiçá nem o tirando de lá durante o processo de transferência construtivista desse próprio saber, como forma de consolidar e contribuir com os conhecimentos adquiridos na escola. Tal propósito é validado com a necessidade de desenvolver a capacidade de interação com as comunidades locais, identificando-se com os agricultores, ora confundindo-se com eles, ora aprendendo com eles, estabelecendo as experiências práticas de convívio com o homem do campo. **Extensão Rural** com essa expectativa será componente curricular.

As tradicionais disciplinas da **Agricultura e Zootecnia** terão, portanto, conteúdos que se seguirão de práticas educativas necessárias para a consolidação do aprendizado, requerendo o **Estágio Profissionalizante** como componente destacado do currículo.

As comunidades rurais e suas representações constituem um importante segmento da sociedade brasileira. Esse tecido social está vivo, presente e atuante em organizações formais, e do terceiro setor, que deverão compor a discussão e a reflexão dos corpos discente e docente da escola. Doravante, espera-se que parte desses estudantes trilhem pela liderança comunitária, órgãos representativos da classe agricultora, ou mesmo na carreira política, despertados pelos conteúdos desenvolvidos no âmbito da escola. **Política Agrícola e os Movimentos Sociais no Campo** farão parte dos conteúdos disciplinares da escola agrotécnica.

Os conteúdos técnico e tecnicista não traduzem mais a realidade da atividade agropecuária. O paradigma agroecológico surge com a missão de resgatar e valorizar os saberes de uma convivência harmoniosa com a natureza, mostrando

que é possível produzir e preservar. A **agroecologia** será não apenas disciplina da escola agrotécnica, mas um norte nas ações desse novo pensar.

A vocação do campo sempre será a produção. A inquietante relação do pequeno produtor e o mercado, marcadamente o local e regional, deve ser estabelecida como oportunidade de negócio. O conteúdo de um **Plano de Negócios** deverá compor as disciplinas das ciências sociais aplicadas. Aquela mesma vocação produtivista terá nos componentes curriculares do **Cooperativismo e Associativismo**, os instrumentos necessários para transformá-los de pequenos em significativos produtores, principalmente estimulados pelo processo cooperativo e os seus reais fundamentos.

As disciplinas de caráter tecnológico serão planejadas para a concepção de idéias, soluções e processos voltados para os pequenos produtores rurais, ansiosos por tecnologias alternativas que os emancipem do capital empresarial, viabilizando a produção em pequena escala.

A escola tem o entendimento que é componente importante na vida de seus estudantes, contribuindo para a formação pessoal e profissional. Assim sendo, deverá estar preparada para recebê-los integralmente, oferecendo vida sócio-educacional a esse aluno, e fazendo-o perceber o importante papel que ora o desafia.

A verdadeira escola agropecuária será, sempre, uma escola de aprendizes.

## 4 CONCLUSÃO

A adoção de estratégias, cuja lógica excludente privilegiou o capital industrial em detrimento do agrário, incorreu em uma realidade de comprometimento do desenvolvimento social, sobretudo para a agricultura familiar.

Com esses determinantes, urgem modelos de desenvolvimento de enfoque inclusivo, participativo, descentralizado e democrático, que encontram fértil ambiente na agricultura promovida pelas comunidades familiares, suficientemente capazes de reunir os aspectos e interesses da produção, a outros de preservação, sociais e culturais.

O profissional para essa desafiante incumbência deve ser escolarizado em propostas pedagógicas de valorização do Homem e do Ambiente, *paripassu* os conteúdos tecnicistas da atividade agropecuária.

## REFERÊNCIAS

CENSO. **Contagem da população 2007**. IBGE, Rio de Janeiro, 2007

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 1., Boa Vista. **Documento-base para as conferências estaduais**. Brasília: MDA, 2008

FREIRE, P. **Comunicação e extensão?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2001.

LUBISCO, N.M.L.; VIEIRA, S.V. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. Salvador: EDUFBA, 2003.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acessado em 08 de junho de 2008 e disponível no endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>. 2006

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento Sustentável microrregional: métodos para planejamento local**. Costa Rica: IICA. 2005.